Construtora Sultepa S.A.

CNPJ nº 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração 2013: A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas ("SULTEPA"), em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à sua apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013, suas notas explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao ano de 2012, exceto quando especificado o contrário. **1. Perfil:** A **SULTEPA** é uma empresa de infraestrutura que atua no ramo da construção e tem em seu portfólio a realização de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, conjuntos residenciais, barragens e montagens industriais. Sua atuação engloba obras de engenharia, britagem, vendas de concreto, locação de equipamentos e montagens industriais. Com 58 anos de atuação no mercado da construção, a **SULTEPA** tem seu escritório central localizado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **2. Cenário em 2013:** A Economia Nacional como um todo em 2013, teve um ano difícil, e o nosso segmento não foi diferente. Os investimentos em infraestrutura foram muito abaixo do necessário. A demora nas licitações e atrasos no início de obras licitadas, bem como atrasos nos pagamentos dos serviços executados, prejudicaram o faturamento do **GRUPO**, principalmente, na rentabilidade das obras, e consequentemente, contribuíram para os resultados abaixo do esperado. **3. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado:** O exercício de 2013 foi marcado por forte reestruturação no **GRUPO SULTEPA,** com o objetivo do reposicionamento dos negócios, visando o crescimento neste mercado tão competitivo. Os resultados obtidos já demonstram uma razoável melhora dos índices econômico-financeiros, comprovando a eficiência das medidas adotadas quando comparadas a 2012. Em 2013 a receita operacional bruta foi de R$ 164,4 milhões quando em 2012 atingiram o valor de R$ 132,4 milhões, ou seja, um crescimento de 24,16%. O lucro bruto em 2013 foi de R$ 9,6 milhões e o de 2012 foi de R$ 3,7 milhões, com uma variação positiva de 159,4%. As despesas operacionais em 2013 foram de R$ 27,7 milhões e em 2012 no valor de R$ 44,7 milhões demonstrando uma relevante redução de 61,7%. O resultado líquido do exercício de 2013 foi de R$ 21,7 milhões e o de 2012 de R$ 46,2 milhões evidenciando uma redução significativa de 112,9% do resultado negativo do exercício. No final do exercício de 2013, foi revisado o planejamento dos negócios visando novas diretrizes e novas estratégias para os próximos anos, permitindo assim, que o GRUPO cresça com maior solidez. **4. Mercado de Capitais:** As ações da **SULTEPA - SULT4** em 2013 movimentaram R$ 654 mil, o que não impediu uma queda de 33,08%. O desempenho negativo foi superior ao IBOVESPA que fechou com uma retração de 15,5% no ano. As ações continuam sendo negociadas na BM&FBovespa. Ressaltamos ainda, o número reduzido de empresas do segmento de construção pesada que operem na bolsa, o que dificulta os negócios e impede uma maior valorização das empresas no mercado. **5. Sustentabilidade:** No ano de 2013**,** o **GRUPO SULTEPA,** manteve a atuação da Gestão Ambiental de forma que a Cia. e seus colaboradores possam demonstrar crescente interiorização de conceitos às questões ambientais, melhorando a gestão de resíduos, e a qualidade ambiental das obras e unidades fixas. Em 2013, foram plantadas em torno de 1.250 mudas de espécie nativas, nas pedreiras exploradas, além da manutenção e monitoramento das áreas em recuperação. Nas cinco jazidas da BR-448 foram plantadas 6.310 mudas, além da revegetação das áreas por hidro-semeadura. Além da recuperação das jazidas próprias, algumas obras executadas pela Cia. têm gerado a oportunidade de recuperação de antigos passivos ambientais como: as áreas existentes nas proximidades da BR-116, em São Lourenço do Sul e da BR-285 em São José dos Ausentes. Foram realizadas as Revisões do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) na Unidade de Estância Velha, mantendo assim as boas práticas de gerenciamento, armazenamento e descarte. O **GRUPO SULTEPA** continua com as parcerias voltadas para melhoria da qualidade ambiental, de forma que a interação com a sociedade seja sempre benéfica. Além disso, participa anualmente da Semana do Meio Ambiente e dos Projetos Estância Viva, criados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Preservação Ecológica - SEMAPE. O **GRUPO SULTEPA**, através da pesquisa e prospecção mineral, permite a descoberta de recursos naturais para futura exploração economicamente viável e ambientalmente sustentável, retornando para sociedade geração de emprego, renda e impostos, além de contribuir para um melhor reconhecimento geológico do subsolo brasileiro. **6. Recursos Humanos e Projetos Sociais:** o **GRUPO SULTEPA,** encerrou o exercício de 2013 com efetivo de 743 colaboradores. Houve uma redução de 19,2% comparada a 2012, sendo a mais significativa a da folha de pagamento que ficou em 48,5%, justificada pela redução dos cargos de diretorias e gerenciais. A redução dos investimentos em treinamento foi de 55,7%, foram mantidos somente investimentos em cursos técnicos, segurança e gestão de obras. **7. Perspectivas para 2014:** As projeções para 2014 evidenciam que haverá forte investimento em obras de infraestrutura. Trata-se de um ano eleitoral, os principais candidatos são unânimes em reconhecer que a falta destas obras proporcionam um indesejado gargalo na logística nacional. Em 2014, deverá ser consolidado os marcos regulatórios, instrumento fundamental para o sucesso dos empreendimentos do setor de infraestrutura. Os investimentos que o Governo Federal está realizando, através do Pacto de Mobilidade Urbana, deverão ser consolidados em 2014. De um total de R$ 143 bilhões, o programa representa quase 3.900 km de via para transporte coletivo urbano, transporte em trilhos, onde se destacam os VLT's e os metrôs, cerca de 2.000 quilômetros de corredores de ônibus e de 1.000 quilômetros das BRT's. Além disso, o setor de saneamento um dos focos de atuação da Cia. merece atenção o Plano Nacional de Saneamento Básico. Os investimentos previstos são de R$ 504,4 bilhões. Os recursos deverão ter como fonte os agentes federais e os governos estaduais, os prestadores de serviços de saneamento, a iniciativa privada, os órgãos internacionais, entre outros. As perspectivas de contratações, aliadas à carteira de contratos em andamento, deverão manter um nível adequado de faturamento e de rentabilidade do **GRUPO SULTEPA**, para o ano de 2014 e próximos. **8. Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que nossos auditores independentes, a SAWERIN & Associados Auditores Independentes não prestaram quaisquer outros serviços que possam acarretar conflito de interesse ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Cia. e de suas controladas no exercício findo em 31/12/2013. **9. Declaração da Diretoria:** Em atendimento ao Artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas. **10. Agradecimento:** Não poderíamos deixar de mencionar que o ano de 2013, foi extremamente difícil para o **GRUPO SULTEPA**, com muitas dificuldades impostas pelo mercado e pelo ramo de atividade. Porém, isso nos fez forte o suficiente para reafirmar, mais uma vez, os nossos propósitos de continuar com muita paixão, determinação e seguindo em frente com os nossos valores, conhecimentos e confiantes em um novo ciclo. Registramos aqui nossos agradecimentos aos nossos acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, em especial, aos nossos colaboradores pela compreensão e apoio.

Porto Alegre, 23/05/2014. **A Administração**

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Ativo Circulante		**7.725**	**9.152**	**93.066**	**45.927**
Caixa e equivalentes de caixa	4	669	121	1.251	1.205
Clientes	5	2.036	3.806	63.916	24.077
Imóveis destinados à venda	10	–	2.238	–	3.788
Adiantamentos diversos		301	389	301	1.301
Impostos a recuperar	8	292	548	2.370	2.030
Partes relacionadas	11	–	–	343	343
Outras contas a receber	6	2.475	327	8.118	1.663
Operações com consórcios	24	173	173	13.967	9.207
Estoques	7	1.779	1.550	2.800	2.313
Ativo não Circulante		**772.568**	**757.491**	**909.749**	**882.911**
Realizável a Longo Prazo		**372.798**	**350.749**	**743.703**	**698.970**
Partes relacionadas	11	–	–	31.435	33.755
Depósitos judiciais e compulsórios		4.801	3.888	4.936	4.086
Outras contas a receber	6	250	3.045	5.252	11.937
Imoveis destinados à venda	10	2.287	–	3.837	–
Créditos a receber	9	365.460	336.790	688.264	632.801
Outros investimentos		–	267	68	297
Operações com consórcios	24	–	6.759	9.911	16.094
Investimentos	12	**299.006**	**292.523**	**4.159**	**4.406**
Participações em controladas		295.228	288.555	–	–
Participações em coligadas		3.778	3.968	4.159	4.406
Imobilizado	13	**100.764**	**114.219**	**161.887**	**179.535**
Total do Ativo		**780.293**	**766.643**	**1.002.815**	**928.838**

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Passivo Circulante		**140.445**	**124.601**	**211.762**	**200.207**
Fornecedores	17	3.428	7.425	11.680	16.226
Instituições financeiras	14	36.256	39.216	57.727	75.597
Debêntures	21	18.863	11.720	18.863	11.720
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	21.761	8.964	33.795	20.156
Salários e provisão de férias		6.081	4.761	12.049	8.543
Dividendos a pagar		99	99	740	112
Credores diversos	15	4.247	3.991	20.156	16.657
Títulos a pagar	16	30.275	25.456	33.020	25.469
Partes relacionadas	11	–	4.619	–	3.326
Parcelamento especial Lei 11.941/2009	19	19.417	18.332	20.910	19.322
Operações com consórcios	24	18	18	2.822	3.079
Passivo não Circulante		**438.671**	**418.248**	**583.665**	**499.472**
Instituições financeiras	14	2.144	415	22.488	3.745
Debêntures	21	50.735	49.714	50.735	49.714
Credores diversos	15	42.136	41.699	43.335	42.732
Obrigações sociais a pagar		10	–	78	–
Títulos a pagar	16	3.862	–	8.909	–
Partes relacionadas	11	75.909	64.996	33.701	11.753
Parc. especial Lei 11.941/2009	19	124.047	119.348	126.392	121.946
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	2.657	8.325	18.058	16.422
Tributos diferidos	20	113.151	106.967	216.107	198.100
Provisão passivos contingentes	23	22.471	17.367	38.320	27.794
Provisão para reflorestamento	23	1.549	1.549	2.916	2.916
Operações com consórcios	24	–	7.868	22.626	24.350
Patrimônio Líquido	26	**201.177**	**223.794**	**207.388**	**229.159**
Patr. líq. atrib. aos acionistas controladores		201.177	223.794	201.177	223.794
Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000
Reserva de reavaliação		48.078	49.906	48.078	49.906
Ajuste de avaliação patrimonial		23.380	25.701	23.380	25.701
Reservas de lucros		–	18.187	–	18.187
Prejuízos acumulados		(281)	–	(281)	–
Patr. líq. atrib. aos acionistas não controladores		–	–	6.211	5.365
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**780.293**	**766.643**	**1.002.815**	**928.838**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Reavaliação: Ativos Próprios	Reservas de Reavaliação: Ativos de Controladas	Reservas de Reavaliação: Total	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Reservas de Lucros: Para Investimento e Capital de Giro	Reservas de Lucros: Total	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos Próprios	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos de Controladas	Ajuste de Aval. Patrimonial: Total	Lucros Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31/12/2011	**130.000**	**37.265**	**16.263**	**53.528**	**3.227**	**218**	**5.187**	**47.510**	**56.142**	**10.928**	**20.242**	**31.170**	**–**	**270.840**	**4.612**	**275.452**
Realização da reserva de reavaliação	–	(3.264)	(358)	(3.622)	–	–	–	–	–	–	–	–	3.622	–	–	–
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.191)	(2.278)	(5.469)	5.469	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(47.046)	(47.046)	–	(47.046)
Compensação de prejuízo	–	–	–	–	–	–	–	(37.955)	(37.955)	–	–	–	37.955	–	–	–
Part. dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	753	753
Saldos em 31/12/2012	**130.000**	**34.001**	**15.905**	**49.906**	**3.227**	**218**	**5.187**	**9.555**	**18.187**	**7.737**	**17.964**	**25.701**	**–**	**223.794**	**5.365**	**229.159**
Realização da reserva de reavaliação	–	(1.828)	–	(1.828)	–	–	–	–	–	–	–	–	1.828	–	–	–
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.002)	(319)	(2.321)	2.321	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.617)	(22.617)	–	(22.617)
Destinação proposta à assembleia geral	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Compensação de prejuízo	–	–	–	–	(3.227)	(218)	(5.187)	(9.555)	(18.187)	–	–	–	18.187	–	–	–
Part. dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	849	849
Saldos em 31/12/2013	**130.000**	**32.173**	**15.905**	**48.078**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.735**	**17.645**	**23.380**	**(281)**	**201.177**	**6.211**	**207.388**

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receita Operacional Líquida	31	22.513	34.793	153.174	122.167
Custos dos Prod. Vend. e dos Serv. Prest.	32	(26.739)	(33.555)	(143.477)	(118.383)
Lucro (Prejuízo) Bruto		(4.226)	1.238	9.697	3.784
Receitas (Despesas) Operacionais		(4.180)	(30.702)	(27.736)	(44.772)
Despesas gerais e administrativas	32	(24.801)	(22.927)	(41.886)	(41.724)
Outras (despesas) receitas operacionais	32	13.514	(1.335)	17.019	(1.750)
Resultado da equivalência patrimonial	12	7.107	(6.440)	(2.869)	(1.298)
Resultado antes das Receitas e Desp. Financ.		(8.406)	(29.464)	(18.039)	(40.988)
(–) Despesas financeiras	33	(37.880)	(38.582)	(52.213)	(53.203)
Receitas financeiras	33	29.808	25.124	65.643	59.187
Resultado antes dos Impostos		**(16.478)**	**(42.922)**	**(4.609)**	**(35.004)**
IRPJ e contribuição social correntes	18	**–**	**–**	**(823)**	**(1.749)**
IRPJ e contribuição social diferidos	18	**(6.139)**	**(4.124)**	**(16.336)**	**(9.540)**
Prejuízo Líquido do Exercício		**(22.617)**	**(47.046)**	**(21.768)**	**(46.293)**
Atribuído aos acionistas controladores		**–**	**–**	**(22.617)**	**(47.046)**
Atribuído aos acionistas não controladores		**–**	**–**	**849**	**753**
Resultado básico/diluído por ação ON - R$	28	**(1,80)**	**(3,73)**	**(1,80)**	**(3,73)**
Resultado básico/diluído por ação PN - R$	28	**(1,80)**	**(3,73)**	**(1,80)**	**(3,73)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(22.617)	(47.046)	(22.617)	(47.046)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação, amortização e exaustão	5.086	4.032	8.725	7.786
Resultado de equivalência patrimonial	(7.107)	6.440	2.869	1.298
Constituição (reversão) de provisões	5.101	5.343	7.903	11.907
Custo do permanente baixado ou vendido	9.524	8.499	10.173	13.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.139	4.124	16.336	9.540
Despesas de juros	15.060	16.306	22.976	24.763
Receita com juros sobre créditos a receber	(28.668)	(26.064)	(55.462)	(50.667)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	849	753
	(17.482)	**(28.366)**	**(8.248)**	**(28.361)**
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) redução dos créd. a receber de clientes	1.770	899	(39.837)	12.857
(Aumento) redução dos estoques	(229)	125	(487)	(86)
(Aumento) redução de devedores diversos	647	3.691	2.768	(1.804)
Aumento (redução) de fornecedores	(3.997)	2.782	(4.545)	5.829
Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	14.287	18.872	26.562	29.086
Aumento (redução) de credores diversos	694	3.407	4.102	2.697
Operações com consórcios	(1.109)	636	(559)	8.248
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(353)	(282)	(2.551)	427
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	8.682	2.759	16.461	3.231
	20.392	**32.889**	**1.914**	**60.485**
Caixa Líquido Proveniente das Ativ. Operac.	**2.910**	**4.523**	**(6.334)**	**32.124**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de investimentos	–	–	(1)	(1)
Dividendos a receber	625	–	625	–
Aquisição de imobilizado	(1.154)	(9.378)	(1.249)	(14.530)
Caixa Líquido Aplicado nas Ativ. de Invest.	**(529)**	**(9.378)**	**(625)**	**(14.531)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Pagamento de debêntures	(1.693)	(5.899)	(1.693)	(5.899)
Pag. de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	(894)	–	(894)
Mútuos com partes relacionadas	6.293	37.491	20.941	10.058
Captações de emprést./financiamentos (principal)	30.955	35.195	95.192	136.682
Amortização de principal e juros de financiamentos	(37.388)	(60.979)	(107.436)	(169.364)
Caixa Líquido Aplicado nas Ativ. de Financ.	**(1.833)**	**4.914**	**7.004**	**(29.417)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equiv. de Caixa	**548**	**59**	**45**	**(11.824)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121	62	1.205	13.029
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	669	121	1.250	1.205
Aumento (Redução) no Caixa e Equiv. de Caixa	**548**	**59**	**45**	**(11.824)**

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receitas	**22.705**	**36.622**	**161.876**	**126.113**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24.935	38.323	164.478	132.431
Outras receitas/despesas	13.514	(1.335)	17.019	(1.750)
Perdas com créd. de liq. duv. - reversão/(const.)	(15.744)	(366)	(19.621)	(4.568)
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui os Valores dos Impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(17.650)**	**(35.351)**	**(115.902)**	**(104.004)**
Custos dos prod., das merc. e dos serv. vend.	(5.337)	(10.129)	(66.523)	(45.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.313)	(25.222)	(45.480)	(58.289)
Outras (especificar)	–	–	(3.899)	–
Valor Adicionado Bruto	**5.055**	**1.271**	**45.974**	**22.109**
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.086	4.032	8.724	7.786
Valor Adicionado Líq. Prod. pela Sociedade	**(31)**	**(2.761)**	**37.250**	**14.323**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**36.915**	**18.684**	**62.774**	**57.889**
Resultado de equivalência patrimonial	7.107	(6.440)	(2.869)	(1.298)
Receitas financeiras	29.808	25.124	65.643	59.187
Valor Adicionado Total a Distribuir	**36.884**	**15.923**	**100.024**	**72.212**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e Encargos	**11.040**	**12.375**	**32.424**	**29.975**
Remuneração direta	8.688	9.580	28.021	24.843
Benefícios	1.692	1.907	2.377	3.027
FGTS	660	888	2.026	2.105
Impostos, Taxas e Contribuições	**10.083**	**11.474**	**33.532**	**28.521**
Federais	9.675	10.952	30.903	25.960
Estaduais	223	286	583	850
Municipais	185	236	2.046	1.711
Remuneração de Capitais de Terceiros	**38.378**	**39.120**	**55.836**	**60.009**
Juros e variações monetárias	37.880	38.582	52.213	53.203
Aluguéis	498	538	3.623	6.806
Remuneração de Capitais Próprios	**(22.617)**	**(47.046)**	**(21.768)**	**(46.293)**
Participação dos não controladores	–	–	849	753
Prejuízo do exercício	(22.617)	(47.046)	(22.617)	(47.046)
Valor Adicionado Distribuído	**36.884**	**15.923**	**100.024**	**72.212**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Construtora Sultepa S.A. (a "Cia.") e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária, compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Cia. poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito. A Cia. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&FBovespa. Diante da atual situação econômica financeira que a Cia. e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração está tomando algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações. Ao final do exercício de 2013, elaborou-se o plano operacional para os próximos meses, que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos. Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, uma vez que no exercício de 2013, tivemos muitos problemas resultante da greve de 74 dias dos funcionários do DNIT, que prejudicou aprovações de aditivos e novas obras, e também porque em 2014 será um ano eleitoral, que tradicionalmente o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Cia. não possui total domínio. Debêntures: conforme as premissas acima elencadas, a Cia. liquidou a 1ª emissão (2ª série) em abril de 2013 e apresentou proposta de repactuação para 3ª emissão na AGD em 02/10/2013. As dívidas com os debenturistas estão sendo novamente renegociadas e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. As dívidas mantidas com as Instituições Financeiras estão na pauta das renegociações e foram apresentadas propostas de repactuação, de acordo com o fluxo de caixa projetado, e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. Em relação aos Tributos Federais Parcelados de acordo com a Lei 11.941/2009, a Cia. e sua Controlada Pedrasul Construtora S.A., adotaram a estratégia de efetuar os pagamentos com os créditos que possuem junto à União Federal. Atualmente, essas Cias. estão com todas as suas Certidões Negativas de Débitos - CND vencidas, inviabilizando a participação de novas licitações, no entanto, a Administração da Cia. está tomando todas as providências para regularizar essa situação. As demais obrigações também estão na pauta de negociações, para o alongamento dos prazos. A Alta Administração entende que com as medidas acima elencadas, conseguirá em um curto prazo, aumentar a rentabilidade e compatibilizar o seu fluxo financeiro consolidado e manter a continuidade de suas operações. As autorizações para conclusão das presentes demonstrações contábeis, foram concedidas pela diretoria da Cia. em 20/05/2014. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base para Preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Consolidação: (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a.1) Controlada:** Controlada é a entidade na qual a Cia. tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada. Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora. Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

Sociedade	Percentual de participação 31/12/2013 Direta	31/12/2013 Indireta	31/12/2012 Direta	31/12/2012 Indireta
Pedrasul Construtora S.A.	99,63	–	99,63	–
Sultepa Construções e Comércio Ltda.	99,95	–	99,95	–
Rioest Estacionamentos S.A.	–	97,44	–	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	89,00	–	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	95,00	–	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (*)	–	43,42	–	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	68,13	–	68,13

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada. (*) A Cia. possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. **2.3 Conversão em Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada e, também, a moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5 Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **2.6 Instrumentos Financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Cia. não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos. **2.7 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Cia., menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Cia. e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.8 Estoques:** Os estoques da Cia. e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Cia.

continua

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Cia. optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. **2.10 Propriedade para Investimentos:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. **2.11 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31/12/2013, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes. **2.13 Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Provisões:** Geral: provisões são reconhecidas quando a Cia. e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Cia. é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.17 Capital Social:** As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia. e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas. A Cia. e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Cia. e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **2.19 Arrendamento Mercantil (leasing):** Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Cia., sobre os quais a Cia. fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13. **2.20 Informações por segmento:** A Cia. e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Cia. e para a tomada de decisões. **2.21 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º/01/2014. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º/01/2015. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Cia. e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Caixa	6	18	6	18
Depósitos bancários	191	11	638	461
Aplicações de liquidez imediata	472	92	607	726
Total	**669**	**121**	**1.251**	**1.205**

As aplicações financeiras referem-se principalmente a Fundo de Aplicações Financeiras de Renda Fixa e estão registradas pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não superam o valor de mercado. Em 31/12/2013, a Cia. possui o montante de R$ 663 (consolidado - R$ 847), bloqueados para liquidação de compromissos com as instituições financeiras. **5. Clientes:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Governo Federal	1.189	–	56.907	13.802
Governos Estaduais	1.166	3.321	5.570	8.082
Governos Municipais	607	1.028	4.234	4.528
Clientes Privados	1.627	1.674	2.889	2.450
(–) Prov. Devedores Duvidosos	(2.553)	(2.217)	(5.684)	(4.785)
Total	**2.036**	**3.806**	**63.916**	**24.077**

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Saldo no início do exercício	**2.217**	**1.542**	**4.785**	**4.120**
Adições/reversões	336	675	899	665
Saldo no final do exercício	**2.553**	**2.217**	**5.684**	**4.785**

Em 31/12/2013 e de 31/12/2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
A vencer	1.714	3.221	57.646	21.101
Vencidos até 30 dias	313	300	5.590	1.109
Vencidos até 60 dias	37	82	181	1.105
Vencidos até 90 dias	18	166	233	225
Vencidos há mais de 90 dias	2.507	1.823	5.950	4.891
Total	**4.589**	**5.592**	**69.600**	**28.431**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. Em 31/12/2013, a Cia. apresenta no consolidado valor a receber, no montante de R$ 41.823, referente às obras da BR 448, cuja expectativa de recebimento da sua totalidade está prevista para agosto de 2014. Parte do saldo, trata-se de um aditivo, no montante de R$ 16.000, que está em fase de renegociação com o DNIT, cuja expectativa de concretização da renegociação e assinatura está previsto para junho de 2014.

6. Outras Contas a Receber:

	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Devedores Diversos	1.796	200	250	3.045
Cauções e Retenções	–	74	–	–
Outros Créditos	679	53	–	–
Total	**2.475**	**327**	**250**	**3.045**

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Devedores Diversos	1.796	200	3.654	8.677
Adiantamentos Diversos	4.140	436	–	–
Cauções e Retenções	987	547	700	700
Aplicações a Curto Prazo	398	427	–	–
Outros Créditos	797	53	898	2.560
Total	**8.118**	**1.663**	**5.252**	**11.937**

A Administração da Cia. e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras. **7. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Matéria-prima	1.366	979	2.007	1.314
Peças de reposição	164	214	268	324
Combustíveis e Lubrificantes	102	152	236	368
Outros	147	205	289	307
Total	**1.779**	**1.550**	**2.800**	**2.313**

As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração ao seu valor recuperável. A Administração da Cia. e suas controladas entende que as provisões foram constituídas por valores suficientes para fazer frente a eventuais prejuízos. **8. Impostos a Recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Imposto de Renda e CSLL	31	1	940	533
PAES	162	448	194	951
INSS	86	86	1.192	448
Outros	13	13	44	98
Total	**292**	**548**	**2.370**	**2.030**

9. Créditos a Receber - Não Circulante:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Direitos Creditórios União (a)	253.222	232.054	571.766	523.971
Precatório Sinicon (b)	61.609	56.066	61.609	56.066
Precatórios União (c)	47.197	45.238	51.177	49.052
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.712	3.712
Total	**365.460**	**336.790**	**688.264**	**632.801**

a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER): Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13/10/2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça: A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Cia. interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unânime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26/02/2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10/04/2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória. Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no inciso V do art.485 do CPC: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório. Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos. Até o presente, não ocorreram novas movimentações no processo judicial em termos de qualquer julgamento. **b) Precatório Sinicon x União Federal:** Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02/12/1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano. Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A ação rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Cia., motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. Até o presente, não ocorreram novas movimentações no processo judicial em ternos de qualquer julgamento. **c) Precatórios a receber da União Federal:** Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima. Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil. **d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:** Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23/06/2008. Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura. **Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Cia. e controlada Pedrasul Construtora S.A.** Os seguintes valores relativos aos créditos a receber - não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

	31/12/2013	
Descrição	**Controladora**	**Consolidado**
Direitos Creditórios União (a)	69.599	69.599
Precatório Sinicon (b)	61.609	61.609
Precatórios União (c)	55.251	58.847
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432
Total	**189.891**	**193.487**

a) Garantia concedida aos debenturistas. b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas. c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22. d) Garantia em dívidas com a União Federal. **10. Imóveis Destinados à Venda:** A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Morro do Boi e Parobé da controladora e Pedra Redonda da controlada Pedrasul Construtora S.A., registrados com os valores de R$ 2.287 e R$ 1.550 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda. Em 2013, foram transferidos para o Ativo não Circulante.

11. Partes Relacionadas: a) Saldos com partes relacionadas:

Controladora	Ativo		Passivo	
Empresas	**Circulante**		**Não Circulante**	
	31/12/2012		**31/12/2013**	**31/12/2012**
Pedrasul Construtora S/A (1)	–		31.758	23.938
Sultepa Constr. e Com. Ltda. (1)	1.293		44.151	37.749
STE Serv. Técnico de Engenharia (2)	3.326		–	3.309
Total	**4.619**		**75.909**	**64.996**

Consolidado	Ativo				Passivo		
Empresas	**Circulante**		**Não Circulante**		**Circulante**	**Não Circulante**	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Sultepa Participações S.A. (3)	–	–	20.939	18.499	–	–	–
Portella Nunes Partic. S.A. (3)	–	–	8.884	13.517	–	–	–
STE Serv. Técnico de Engenharia (2)	–	–	–	–	3.326	–	3.309
Controle em Conjunto	–	–	–	1.739	–	31.879	8.195
Outros	343	343	1.612	–	–	1.822	249
Total	**343**	**343**	**31.435**	**33.755**	**3.326**	**33.701**	**11.753**

(1) Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31/12/2015. (2) Saldo das operações com às Controladoras da Cia., as quais são atualizadas a uma taxa de 1% a.m. Nestas operações de mútuo não existem garantias reais constituídas para o efetivo recebimento dos valores em aberto. (3) No consolidado, o saldo no montante de R$ 31.879, referente ao controle em conjunto (3), tratam-se de operações de obras em Consórcios/SCP. Parte do valor será liquidado com a realização dos valores a receber do consolidado de clientes, conforme nota explicativa nº 5. **b) Remuneração do pessoal-chave:** A Cia. e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Benef. de Curto Prazo (honorários, salários)	863	1.126	1.498	1.937
Outros benefícios (despesas c/ assistência médica e seguro de vida)	35	46	35	46
Total	**898**	**1.172**	**1.533**	**1.983**

12. Participações em Controladas e Coligadas: Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

Movimentação dos saldos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Participações em controladas/coligadas	292.523	298.962	4.406	16.661
Provisão de perda de investimento	2	–	–	(459)
Recebimento de lucros/dividendos	(626)	–	–	(10.727)
Equivalência patrimonial	7.107	(6.439)	(247)	(1.069)
Saldo	**299.006**	**292.523**	**4.159**	**4.406**

31/12/2013	Controladas			
Descrição	**Pedrasul Constr. S/A**	**Sultepa Constr. e Com. Ltda.**	**Sulbrape Constr Ltda.**	
Capital social	70.500	91.000	300	
Patrimônio líquido ajustado	184.341	110.659	8.997	
Resultado do exercício	2.645	4.665	(453)	
Participação %	99,63	99,95	42,00	

(*) Atualmente, a investida não possui qualquer operação.

Controladas/Coligada	31/12/2013				31/12/2012
Descrição	**Pedrasul Const.S.A.**	**Sultepa Constr. e Com. Ltda.**	**Sulbrape Ltda.**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	182.615	105.940	3.968	292.523	298.962
Recebimento de Dividendos	(626)	–	–	(626)	–
Equivalência Patrimonial	2.636	4.663	(189)	7.110	(6.439)
Saldo Final	**184.625**	**110.603**	**3.779**	**299.006**	**292.523**

13. Imobilizado:

Controladora					
	Imóveis	**Máquinas e Equipamentos**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	**–**
Saldos em 31/12/2012	**91.228**	**16.230**	**5.686**	**1.075**	**114.219**
Adições	38	49	100	968	1.155
Baixas/transferências	(8.621)	174	(101)	(978)	(9.526)
Depreciações	(1.762)	(2.709)	(413)	(200)	(5.084)
Saldos em 31/12/2013	**80.883**	**13.744**	**5.272**	**865**	**100.764**

Consolidado					
	Imóveis	**Máquinas e Equipamentos**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	**–**
Saldos em 31/12/2012	**144.600**	**22.135**	**8.443**	**4.357**	**179.535**
Adições	38	79	100	1.032	1.249
Baixas/transferências	(8.674)	96	(582)	(1.013)	(10.173)
Depreciações	(2.242)	(4.612)	(1.520)	(350)	(8.724)
Saldos em 31/12/2013	**133.722**	**17.698**	**6.441**	**4.026**	**161.887**

a) Bens Oferecidos em Garantia:

	31/12/2013	
Descrição	**Controladora**	**Consolidado**
Imóveis	67.214	121.988
Máquinas e equipamentos	9.616	10.139
Veículos	5.311	7.708
Total	**82.141**	**139.835**

b) Bens Reavaliados: As contas de imobilizado incluem R$ 76.916 (R$ 99.996 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31/12/2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Cia. e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31/12/2013, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. **c) Direitos de lavra:** Em 31/12/2013, a Cia. e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliadas, nas datas conforme item (b) acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R$ 77.834 (consolidado - R$ 129.988). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R$ 14.746 (consolidado - R$ 30.359). **14. Instituições Financeiras:**

		Controladora			
		Passivo Circulante		**Passivo Não Circulante**	
Descrição	**Encargos**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	34.894	38.189	2.030	–
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	1.362	987	114	415
Leasing (c)	1,36% a.m.	–	40	–	–
Total		**36.256**	**39.216**	**2.144**	**415**

		Consolidado			
		Passivo Circulante		**Passivo Não Circulante**	
Descrição	**Encargos**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	54.230	72.842	21.529	1.695
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	3.393	2.181	959	2.047
Leasing (c)	1,36% a.m.	104	574	–	3
Total		**57.727**	**75.597**	**22.488**	**3.745**

(a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31/12/2013, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R$ 27.315 e R$ 33.985 encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras. O vencimento final do pagamento dos empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) era em outubro 2018, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos. Os empréstimos classificados no passivo não circulante não foram reclassificados para o passivo circulante, uma vez que não existe a liquidação antecipada das parcelas vincendas. (b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final em 2014 e 2016, na controladora e consolidado, respectivamente. (c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens com vencimento em 2014, no consolidado. **15. Credores Diversos:**

Controladora				
	Passivo Circulante		**Passivo Não Circulante**	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Prestadores de Serviços	3.122	2.477	–	–
Subempreiteiros	558	442	–	–
Transportadores	527	1.052	–	–
Honorários a Pagar (a)	–	–	41.928	41.291
Outros	40	20	208	408
Total	**4.247**	**3.991**	**42.136**	**41.699**

Consolidado				
	Passivo Circulante		**Passivo Não Circulante**	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Prestadores de Serviços	13.824	10.143	–	–
Subempreiteiros	2.228	2.805	–	–
Transportadores	3.837	3.634	–	–
Honorários a Pagar (a)	–	–	41.928	41.291
Outros	267	75	1.407	1.441
Total	**20.156**	**16.657**	**43.335**	**42.732**

a) Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9. Em 31/12/2013, estão vencidos na Controladora o montante de R$ 3.547 (consolidado - R$ 15.467). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação. **16. Títulos a Pagar:**

Controladora			
	Passivo		
	Circulante		**Não Circulante**
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**
Betunel Ind. e Com. Ltda.	26.751	23.634	–
Greca Distrib. Asfaltos	1.635	1.249	–
Remar Distrib. de Asfalto Ltda.	337	337	–
Com.Combustíveis Luster	891	–	3.564
Outros	661	236	298
Total	**30.275**	**25.456**	**3.862**

Consolidado			
	Passivo		
	Circulante		**Não Circulante**
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**
Betunel Ind. e Com. Ltda.	26.751	23.634	–
Greca Distrib. Asfaltos	2.638	1.249	1.816
Remar Distrib. de Asfalto Ltda.	337	337	–
Com.Combustíveis Luster	1.685	–	6.740
Outros	1.609	249	353
Total	**33.020**	**25.469**	**8.909**

Os títulos a pagar tratam-se das novações de dívidas com os principais fornecedores da Cia. e suas controladas. Em 31/12/2013, o saldo mantido com a Betunel Ind. e Com. Ltda. está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a., conforme acordo firmado. Para garantia da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A. detêm junto ao DNIT, conforme nota explicativa nº 9. **17. Fornecedores:** O saldo com fornecedores, em 31/12/2013, é de R$ 3.428 (consolidado - R$ 11.680). Estão vencidos na Controladora o montante de R$ 2.963 (consolidado - R$ 8.129). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação. **18. Imposto de Renda e Contribuição Social - resultado do Exercício:** O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R$ 240,

continua

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para imposto de renda e 9% para a contribuição social. No exercício de 2013, foi registrado no resultado consolidado R$ 823 como tributo corrente. Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. No exercício de 2013, foram registrados no resultado da controladora o montante de R$ 6.139 e no consolidado o montante de R$ 16.336, como tributos diferidos. **19. Programa de Parcelamento de Tributos - Lei nº 11.941/2009:** De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009, a Cia. e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Cia. e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31/12/2013 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento. A Cia. protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Cia., através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28/02/2012, a Cia. obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos. **a) Dívida Consolidada:**

	Controladora	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2012	**137.680**	**141.268**
(+) Atualização monetária pela taxa Selic	5.784	6.078
(–) Pagamentos efetuados	–	(45)
(=) Saldo em 31/12/2013	**143.464**	**147.301**
Passivo Circulante	**19.417**	**20.910**
Passivo Não Circulante	**124.047**	**126.392**

b) Parcelas compensadas: Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa 9. Contabilmente, a Cia. e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados.

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	41.371	42.683
Parc. compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	13.270	15.553
Total compensado até 31/12/2013	**54.641**	**58.236**

20. Tributos Diferidos: A Cia. efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no CPC 32 e deliberação CVM 599/2009.

	Controladora		Consolidado	
Tributos	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Direito creditório/precatório	376.956	342.869	615.639	540.859
Reserva de reavaliação	48.747	51.517	72.918	75.687
Ajuste de aval. patrimonial	8.689	11.721	35.483	39.001
Lucro diferido	–	–	–	14.781
Saldo	434.392	406.107	724.040	670.328
(–) 30% Prejuízo fiscal	(113.087)	(102.859)	(113.087)	(102.859)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	321.305	303.248	610.953	567.469
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**109.244**	**103.105**	**207.724**	**192.939**
IRPJ e CSLL s/Presumido	–	–	**1.385**	–
PIS e COFINS	**3.907**	**3.862**	**6.998**	**5.161**
Total	**113.151**	**106.967**	**216.107**	**198.100**

21. Debêntures: A composição das debêntures, emitidas pela Cia., estão demonstradas a seguir:

Emissão	Passivo Circulante Controladora/Consolidado 31/12/2013	Circulante 31/12/2012	Não Circulante Controladora/Consolidado 31/12/2013	Não Circulante 31/12/2012	Vencimentos	Encargos	Garantias
1ª Emissão							
1ª série	–	–	–	–			
2ª série	–	1.893	–	–	20/12/2012	IGPM+8% a.a.	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
3ª Emissão	18.863	9.827	50.735	49.714	15/12/2022	IPCA+10% a.a.	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
Total	**18.863**	**11.720**	**50.735**	**49.714**			

- Em 02/10/2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª.emissão, a Cia. apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas. Em 31/12/2013, no passivo circulante da controladora e do consolidado, o montante de R$ 1.250, encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com os debenturistas. O vencimento final do pagamento das debêntures (controladora e consolidado) era em dezembro de 2022, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos. As parcelas classificadas no passivo não circulante não foram reclassificados para o passivo circulante, uma vez que a Administração entende que vai conseguir efetuar as renegociações. **22. Impostos e Contribuições Sociais:**

Descrição	Controladora Circulante 31/12/2013	Circulante 31/12/2012	Não Circulante 31/12/2013	Não Circulante 31/12/2012
Imposto Corrente	**12.210**	**5.642**	–	–
IRRF	1.243	418	–	–
PIS/COFINS	2.011	550	–	–
INSS/FGTS	7.213	3.028	–	–
Outros	1.743	1.646	–	–
Parcelado	**9.551**	**3.322**	**2.657**	**8.325**
IRRF	1.368	360	–	1.000
PIS/COFINS	2.550	584	–	1.843
INSS/FGTS	5.370	2.177	2.474	5.218
Outros	263	201	183	264
Total	**21.761**	**8.964**	**2.657**	**8.325**

Descrição	Consolidado Circulante 31/12/2013	Circulante 31/12/2012	Não Circulante 31/12/2013	Não Circulante 31/12/2012
Imposto Corrente	**19.104**	**13.441**	–	–
IRPJ/CSLL	–	380	–	–
IRRF	1.945	1.072	–	–
PIS/COFINS	2.479	1.348	–	–
INSS/FGTS	11.107	8.325	–	–
Outros	3.573	2.316	–	–
Parcelado	**14.691**	**6.715**	**18.058**	**16.422**
IRPJ/CSLL	405	628	1.072	982
IRRF	1.666	600	883	1.259
PIS/COFINS	3.453	1.416	2.733	3.314
INSS/FGTS	8.743	3.870	12.923	10.603
Outros	424	201	447	264
Total	**33.795**	**20.156**	**18.058**	**16.422**

a) Em agosto de 2012, a Cia. ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10/09/2012, através de Decisão Judicial, a Cia. obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **b) Parcelas compensadas:** Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa nº 9.

	Controladora
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	118
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária	491
Total compensado até 31/12/2013	**609**

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa Selic. Em 31/12/2013, impostos classificados no passivo circulante, controladora e consolidado, encontram-se vencidos nos montantes de R$ 21.087 e R$ 26.810, respectivamente. **23. Provisões:** Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Cia., cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Resumo da movimentação dos montantes provisionados:

Controladora	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	Total
(=)Saldos em 31/12/2012	**12.125**	**538**	**3.995**	**709**	**1.549**	**18.916**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	6.798	1.542	–	2	–	8.342
(–) Reversões e pagamentos	(1.863)	–	(1.317)	(58)	–	(3.238)
(=)Saldos em 31/12/2013	**17.060**	**2.080**	**2.678**	**653**	**1.549**	**24.020**

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	Total
(=)Saldos em 31/12/2012	**15.452**	**946**	**9.166**	**2.230**	**2.916**	**30.710**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	10.540	3.317	2.539	1.148	–	17.544
(–) Reversões e pagamentos	(5.332)	(311)	(1.317)	(58)	–	(7.018)
(=)Saldos em 31/12/2013	**20.660**	**3.952**	**10.388**	**3.320**	**2.916**	**41.236**

Características dos montantes: **Processos cíveis** - referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Cia. é responsável solidária junto a terceiros. **Processos trabalhistas** - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial. **Processos tributários** - referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais. **Passivo solidário** - refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Cia. é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda., CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A. **Provisões perda Possível -** A administração da Cia. acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão. **Provisão para Reflorestamento de Jazida** - Foi constituída no valor de R$ 1.549 na controladora e R$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local. **24. Operações com Consórcios:** Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Cia. e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir: **Consórcio Conesul:** a Cia. participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança - CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado. **Consórcio Construtor do Sul:** a Cia. participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado. **Consórcios PSP, SPP e SPP1:** a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS, sendo que os contratos PSP e SPP estão sendo encerrados. **Consórcio Corredor Padre Cacique:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Sultepa/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116. **Consórcio Pelotense/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 15%, na execução das obras do Projeto Crema, na restauração e melhorias na BR 287. **Consórcio Sultepa/Convap:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS. **Consórcio Ferroviário Brasileiro:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo. **Consórcio Constran/Egesa/Pedrasul/Estacon/Cmt:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 13,97%, na execução das obras da ferrovia de integração oeste leste FIOL/BA - lote 6. Atualmente este consórcio está paralisado. **Consórcio Sultepa/CBM:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS. **Consórcio BRT Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves - trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio BRT Protásio Alves:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves - trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio TBS:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av.Padre Cacique/Av.Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) - trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Viaduto Pinheiro Borda:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Beira Rio:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS. **Consórcio Nova Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Travessia:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 97% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais na BR/158 e BR/287 (Travessia Urbana de Santa Maria). **Controladora:**

	31/12/2013 Conesul	CCS	Total Controladora	31/12/2012 Conesul	CCS	Total Controladora
Balanço Patrimonial						
Ativo						
Circulante	–	173	173	–	173	173
Não Circulante	–	–	–	6.746	13	6.759
Imobilizado	180	2	182	180	2	182
	180	175	355	6.926	188	7.114
Passivo						
Circulante	–	18	18	–	18	18
Não Circulante	–	–	–	7.653	215	7.868
Resultados Acumulados	180	157	337	(727)	(45)	(772)
	180	175	355	6.926	188	7.114

Consolidado:

31/12/2013	Conesul	CCS	PSP/SPP/SP P1	Cons. Pelot	Cons. Sultepa/Convap	Cons. Sultepa/Pedrasul A e B	Constran/Engesa/Pedrasul/Estacon/CMT	Cons. Padre Cacique	Cons. Ferrov. Brasileiro	Cons. CBM	Cons. Beira Rio	Cons. Nova Bento	Cons. BRT Bento	Cons. BRT Protásio	Cons. Pinheiro Borda	Cons. TBS	Cons. Santa Maria	Cons. Travessia	Total Consolidado
Balanço Patrimonial																			
Ativo																			
Circulante	1	187	8	–	121	4	1	2.976	675	1	1.934	2.136	578	1.004	3.423	918	–	–	13.967
Não Circulante	–	104	1.321	1.163	–	5.096	115	–	–	–	69	–	–	1	585	946	29	482	9.911
Imobilizado	180	2	–	–	38	–	–	–	6	–	4	–	1	–	6	22	–	–	259
	181	**293**	**1.329**	**1.163**	**159**	**5.100**	**116**	**2.976**	**681**	**1**	**2.007**	**2.136**	**579**	**1.005**	**4.014**	**1.886**	**29**	**482**	**24.137**
Passivo																			
Circulante	–	19	–	–	115	897	–	350	585	–	110	182	29	50	442	43	–	–	2.822
Não Circulante	–	14	830	272	3.261	5.182	–	2.977	326	–	2.229	2.193	502	1.035	2.509	1.577	–	–	22.626
Resultados Acumulados	181	260	499	891	(3.217)	(979)	116	(351)	(230)	1	(332)	(239)	48	(80)	1.063	266	29	482	(1.311)
	181	**293**	**1.329**	**1.163**	**159**	**5.100**	**116**	**2.976**	**681**	**1**	**2.007**	**2.136**	**579**	**1.005**	**4.014**	**1.886**	**29**	**482**	**24.137**
Resultado do Exercício																			
Receita Líquida	–	–	–	–	187	–	–	4.847	–	–	3.159	2.013	710	1.603	3.895	3.250	–	–	19.664
Custo Operacional	–	–	(19)	–	(461)	(8)	–	(5.118)	(66)	(9)	(3.539)	(1.343)	(679)	(1.100)	(3.842)	(2.554)	–	–	(18.738)
Despesas Operacionais	(1)	–	(504)	–	(29)	(171)	–	(9)	(74)	10	(8)	(2)	(14)	(10)	(14)	(14)	–	–	(840)
Resultado do Exercício	**(1)**	**–**	**(523)**	**–**	**(303)**	**(179)**	**–**	**(280)**	**(140)**	**1**	**(388)**	**668**	**17**	**493**	**39**	**682**	**–**	**–**	**86**

31/12/2012	Conesul	CCS	PSP/SPP/SPP1	Cons. Pelot	Cons. Sultepa/Convap	Cons. Sultepa/Pedrasul A e B	Constran/Engesa/Pedrasul/Estacon/CMT	Cons. Padre Cacique	Cons. Ferrov. Brasileiro	Cons. CBM	Cons. Beira Rio	Cons. Nova Bento	Cons. BRT Bento	Cons. BRT Protásio	Cons. TBS	Cons. Pinheiro Borda	Total Consolidado
Balanço Patrimonial																	
Ativo																	
Circulante	–	187	8	–	142	873	1	–	1.145	2.304	2	306	754	530	1.867	1.088	9.207
Não Circulante	6.746	116	1.321	1.163	38	4.242	113	6	–	–	2	16	–	–	2.128	203	16.094
Imobilizado	180	2	–	–	52	–	–	–	14	–	6	–	–	–	25	3	282
	6.926	**305**	**1.329**	**1.163**	**232**	**5.115**	**114**	**6**	**1.159**	**2.304**	**10**	**322**	**754**	**530**	**4.020**	**1.294**	**25.583**
Passivo																	
Circulante	–	19	–	–	219	1.057	–	–	860	57	10	47	138	147	339	186	3.079
Não Circulante	7.653	229	826	76	3.198	5.114	–	–	218	2.303	723	351	375	295	2.522	467	24.350
Resultado Acumulado	(727)	57	503	1.087	(3.185)	(1.056)	114	6	81	(56)	(723)	(76)	241	88	1.159	641	(1.846)
	6.926	**305**	**1.329**	**1.163**	**232**	**5.115**	**114**	**6**	**1.159**	**2.304**	**10**	**322**	**754**	**530**	**4.020**	**1.294**	**25.583**
Resultado do Exercício																	
Receita Líquida	–	–	(2)	475	160	4.831	–	–	3.117	1.897	–	334	1.191	970	4.967	1.063	19.003
Custo Operacional	–	–	(1)	(261)	(1.018)	(6.331)	–	–	(3.259)	(518)	(13)	(426)	(859)	(874)	(3.805)	(624)	(17.989)
Despesas Operacionais	**–**	**–**	**–**	**(18)**	**(69)**	**(165)**	**–**	**–**	**(468)**	**8**	**–**	**–**	**(1)**	**(2)**	**(2)**	**(1)**	**(718)**
Resultado do Exercício	**–**	**–**	**(3)**	**196**	**(927)**	**(1.665)**	**–**	**–**	**(610)**	**1.387**	**(13)**	**(92)**	**331**	**94**	**1.160**	**438**	**296**

25. Salários e Provisões de Férias: Do saldo total de salários e provisões de férias, em 31/12/2013, encontram-se vencidos na Controladora o montante de R$ 1.940 (Consolidado - R$ 3.865). **26. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O Capital Social autorizado é de R$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R$ 130.000. Em 31/12/2013 e 2012 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
Total	12.600.000

b) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reservas de Reavaliações:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados. **d) Reserva de Lucros a Realizar:** Constituída no exercício referente à parcela do resultado positivo da equivalência patrimonial, calculada de acordo com o art. 197 da Lei nº 6.404/76. **e) Reserva para Investimento e Capital de Giro:** Tem a finalidade de assegurar o acréscimo de capital de giro da Cia. É formada com o saldo dos lucros acumulados ajustados depois de deduzida a reserva legal e a reserva de lucros a realizar. **f) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Cia. e das controladas (terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10. **27. Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Cia., as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Cia. **28. Resultado por Ação:** De acordo com CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM n° 636 - Resultado por Ação, a Cia. apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31/12/2013 e 2012. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31/12/2013 Ordinárias	Preferenciais	31/12/2012 Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	(13.444)	(9.173)	(27.965)	(19.081)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Result. por ação - básico e diluído	(1,80)	(1,80)	(3,73)	(3,73)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. **29. Instrumentos Financeiros: a) Gerenciamento de capital -** A administração da Cia. gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Cia. consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Cia. ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **b) Práticas contábeis significativas -** Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2. **c) Categorias dos instrumentos financeiros -** A administração da Cia. é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora Valor contábil e valor de mercado 31/12/2013	31/12/2012	Consolidado Valor contábil e valor de mercado 31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	669	121	1.251	1.205
Clientes	2.036	3.806	63.916	24.077
	2.705	3.927	65.167	25.282
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	107.998	101.065	149.813	140.776

d) Risco de crédito - A Cia. atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Cia. e suas controladas mantém um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Cia. faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **e) Risco de mercado -** Os negócios da Cia. e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de Contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04/08/2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11/10/2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC. Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução. Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra. Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços. Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas. Para o segundo caso, a Cia., através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional. **f) Risco de liquidez -** Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Cia. é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Cia. e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados nas notas explicativas nºs 14 e 21:

Descrição	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2013
Instituições Financeiras		
Vencidos	27.315	33.985
Vencimento até 31/12/2014	8.941	23.297
Vencimento até 31/12/2018	2.144	22.934
	38.400	**80.216**
Debêntures		
Vencidos	18.863	18.863
Vencimento até 31/12/2022	50.735	50.735
	69.598	**69.598**

30. Cobertura de Seguros (Não Auditado): A Cia. adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos. Demonstramos abaixo, as principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro:

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada 31/12/2013	31/12/2012
Veículos	Total	2.821	6.029
Instalações	Incêndios e riscos diversos	2.520	10.842
Total		**5.341**	**16.871**

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Cia. e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Receita Líquida:

Descrição	Controladora 31/12/2013	31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Bruta	**24.935**	**38.322**	**164.478**	**132.431**
Receitas de Obras p/Empreitada	4.238	8.483	124.666	92.948
Receitas com Vendas de materiais	7.031	14.390	18.738	18.813
Receitas com Consórcios	–	–	20.802	20.006
Receita com Locação de Equips.	13.666	15.449	272	664
Impostos	(2.422)	(3.529)	(11.304)	(10.264)
Receita Líquida	**22.513**	**34.793**	**153.174**	**122.167**

32. Despesas por Natureza: A Cia. optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

Despesas por Função	Controladora 31/12/2013	31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	31/12/2012
Custos com Obras por Empreiteira	(26.739)	(33.555)	(143.477)	(118.383)
Despesas Gerais e Administrativas	(24.801)	(22.927)	(41.886)	(41.724)
Outras Receitas/(Desp.) Operacionais	13.514	(1.335)	17.019	(1.750)
Total	**(38.026)**	**(57.817)**	**(168.344)**	**(161.857)**

continua

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Despesas por Natureza	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Depreciação e Amortização	(5.086)	(4.045)	(8.712)	(7.769)
Despesas com Pessoal	(13.075)	(15.325)	(40.156)	(37.268)
Mat., energia, serv. de terceiros e outros	(30.466)	(34.408)	(131.201)	(106.531)
Fretes	(301)	(718)	(1.992)	(2.766)
Outras Receitas/(Desp.) Operacionais	10.902	(3.321)	13.717	(7.523)
Total	**(38.026)**	**(57.817)**	**(168.344)**	**(161.857)**

33. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009	(5.783)	(8.435)	(5.845)	(8.694)
Atualização de debêntures	(9.859)	(8.869)	(9.859)	(8.869)
Encargos financeiros s/tributos	(2.806)	(2.353)	(5.390)	(5.628)
Encargos s/financiamentos	(6.003)	(8.153)	(14.591)	(18.240)
Juros pagos/apropriados	(12.821)	(10.267)	(14.216)	(10.670)
Demais despesas financeiras	(608)	(505)	(2.312)	(1.102)
Total	**(37.880)**	**(38.582)**	**(52.213)**	**(53.203)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Receitas Financeiras:				
Atualização proc. trânsito julgado	28.033	24.674	54.826	49.278
Juros recebidos/apropriados	1.720	435	10.687	8.295
Descontos obtidos	15	15	25	1.450
Demais receitas financeiras	40	–	105	164
Total	**29.808**	**25.124**	**65.643**	**59.187**
Resultado Financeiro	**(8.072)**	**(13.458)**	**13.430**	**5.984**

Conselho de Administração

Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente
Astir Brasil Santos e Silva - Vice-Presidente
Jaime Barrios da Costa - Conselheiro
Ângelo Lucio Villarinho da Silva - Conselheiro
Pompilio Viera Loguércio - Conselheiro

Diretoria

Ricardo Lins Portella Nunes
Diretor-Presidente e Relações com Investidores

Sérgio Mattos
Diretor Administrativo e Financeiro

Claudio Luiz da Silva Abreu
Diretor Comercial

Carla E. C. Wick
Contadora - CRC/RS 54.404/0-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Construtora Sultepa S.A. -** Porto Alegre - RS. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Sultepa S.A. ("Cia."), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A - Não recebimento das respostas ao processo de confirmação externa (circularização) de transações e saldos das instituições financeiras:** Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2013, enviamos pedidos de informação de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Cia. e suas controladas. Entretanto, até a data de conclusão de nossos trabalhos, não recebemos parte significativa das respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos significativos, notadamente, relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações financeiras, na controladora, o montante de R$ 663 mil e, no consolidado, o montante de R$ 1.245 mil, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos, na controladora, o montante de R$ 38.400 mil e, no consolidado, o montante de R$ 80.215 mil, classificados no passivo circulante e não circulante, referentes ao exercício findo em 31/12/2013. Portanto, nossos trabalhos estão fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Cia. e suas controladas relativos a esses saldos contábeis, para os quais estamos limitando nossa opinião. **B - Não apresentação dos testes do valor recuperável de ativos "*impairment*" dos bens do ativo imobilizado:** Não nos foram apresentados os testes do valor recuperável de ativos "*impairment*" dos bens do ativo imobilizado da Cia. e suas controladas, nos montantes de R$ 100.764 mil e de R$ 161.887 mil, controladora e consolidado, respectivamente, em 31/12/2013, principalmente, sobre os ativos denominados de imóveis com direitos de lavra, nos montantes de R$ 77.834 mil e de R$ 129.988 mil, controladora e consolidado, respectivamente. Não nos permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais das empresas e a eventual necessidade de constituição de provisão. **C - Falta de análise para constituição de provisão para perdas sobre o recebimento de créditos de contratos de mútuo mantidos com controladoras indiretas:** Em conformidade com a Nota nº 11(a.2) às demonstrações financeiras, verificamos que as controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. possuem créditos a receber de suas controladoras indiretas, Sultepa Participações S.A. e Portella Nunes Participações S.A., em 31/12/2013, no montante de R$ 29.823 mil, classificados no ativo não circulante, no consolidado, decorrentes de empréstimos de mútuo, cujos contratos não evidenciam a existência de garantias reais para o seu efetivo recebimento. A realização depende do sucesso das operações futuras das próprias controladas. Nas circunstâncias, não foi possível mensurar o adequado valor para constituição da provisão para perdas nesta data-base. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos da "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Sultepa S.A. em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos da "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas", as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Construtora Sultepa S.A. em 31/12/2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: A -** Chamamos à atenção para a Nota nº 9 (a, b, c) às demonstrações financeiras, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Cia. e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R$ 362.028 mil e consolidado em R$ 684.552 mil, em 31/12/2013. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **B -** Chamamos à atenção para as Notas nº 14 e 21 às demonstrações financeiras, que informam a existência de parcelas vencidas de contratos anteriormente já renegociados com as instituições financeiras e debêntures, no montante total de R$ 28.565 mil (consolidado - R$ 35.235 mil), em 31/12/2013. As parcelas vincendas do passivo não circulante não foram transferidas para o passivo circulante, uma vez que os instrumentos contratuais não preveem o vencimento antecipado das demais parcelas. **C -** Chamamos à atenção para as Notas nº 15, 17 e 25 às demonstrações financeiras, que informam a existência de transações mantidas com fornecedores, prestadores de serviços, funcionários, dentre outros, que se encontram vencidas em 31/12/2013, no montante de R$ 8.450 mil (consolidado - R$ 27.461 mil). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **D -** Chamamos à atenção para as Notas nº 9, 19 e 22 às demonstrações financeiras, que informam que a Cia. e suas controladas, em 28/02/2012, obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31/12/2013, as compensações efetuadas totalizam o montante de R$ 54.641 mil (consolidado - R$ 58.236 mil). Ainda, em 31/12/2013, existem impostos em atraso, ainda não pagos ou compensados, no montante de R$ 21.087 mil (consolidado - R$ 26.810 mil). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **E -** Chamamos a atenção para as Notas nº 1 e 29(f) às demonstrações financeiras, que apresentam os planos da Alta Administração, com relação à situação atual da Cia. e suas controladas, que vêm apurando prejuízos em suas operações e apresentando excesso de passivos sobre ativos circulantes nos encerramentos dos exercícios, resultando em deficiência significativa de capital de giro. Essas condições indicam a existência de incerteza que suscitam dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem outros ajustes em virtude dessas incertezas. Ainda, a Cia. e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. estão com todas as suas certidões negativas vencidas. O plano operacional da Administração também está consubstanciado com base no fluxo de caixa projetado dos próximos 12 meses, os quais estão fortemente impactados por ações de terceiros, cuja Cia. e suas controladas não possuem o total domínio. **F -** Conforme descrito na Nota nº 2 às demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Sultepa S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cias. abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos da "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29/05/2013, que não conteve qualquer modificação, somente a inclusão dos parágrafos de ênfase sobre os seguintes assuntos: situação da ação rescisória sobre os precatórios e direitos creditórios, possível perda do direito de compra de imóveis e transferência dos direitos minerários, créditos a receber no consolidado de controladoras indiretas, plano operacional da administração para continuidade das operações das empresas e divergência nas práticas contábeis brasileiras e o IFRS sobre a avaliação dos investimentos em controladas. Porto Alegre, 21/05/2014

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS 03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador - CRC RS 54712/O-5

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br